

## NOTA DE REPÚDIO

A TV UFG, canal 14 UHF, sinal de democracia, vem de público, formalizar veemente repúdio à ação de policiais militares contra uma equipe de gravação da emissora na tarde da última sexta-feira, 18 de março.

A equipe da emissora composta por jornalista, cinegrafista e auxiliar de cinegrafia, ao montar os equipamentos para iniciar uma gravação na Praça Cívica, foi interceptada por um policial militar que solicitou autorização para filmagem no local.

Além de insistir na autorização, o PM intimidou a repórter encaminhando a mesma para uma sala localizada dentro do Palácio Pedro Ludovico Teixeira. Quando a jornalista chegou na sala percebeu que estava sozinha em meio a vários outros policiais. Dentro do recinto, o policial que abordou a equipe questionou a formação profissional da repórter e afirmou que a mesma ainda era estudante. Também perguntou o conteúdo da matéria que estava sendo produzida, dizendo que precisava saber se a matéria estava "falando mal do governo".

Mesmo explicando que era jornalista formada, contratada da TV UFG, que estava gravando em local público, com uma equipe e equipamentos identificados, a jornalista foi constrangida pelo policial militar. Ele insistiu em avisar que para a TV UFG registrar imagens na Praça Cívica, é necessário informar sobre o conteúdo da gravação aos policiais e ainda solicitar a referida - e Inconstitucional - autorização.

A TV UFG se indigna e lamenta o ocorrido, uma vez que a Constituição Federal Brasileira, em seu Artigo 220, estabelece que "A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição", e ainda, no segundo parágrafo deste mesmo Artigo, diz que "É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística".

Considerando que o local de gravação é uma praça pública, a sanção sofrida pela emissora parece tratar-se de uma forma de intimidação. Não é a primeira vez que a TV UFG produz matérias na Praça Cívica, no entanto é a primeira vez que é solicitada esta autorização que fere os princípios estabelecidos na Constituição. Mesmo com tudo isso, a emissora continuará cumprindo o seu papel de meio de informação, de TV pública.